



PLANO MUNICIPAL DO AMBIENTE

O Plano Municipal do Ambiente (PMA) foi um desafio lançado pelas Nações Unidas em 1992, consiste na elaboração de um plano estratégico de ambiente a nível municipal, contribuindo para o desenvolvimento sustentável a longo prazo, e planos operacionais dirigidos para a ação a curto prazo.

Não são tão integradores como a Agenda 21 Local - com vantagens ao nível da morosidade e complexidade do plano - tendo como principal objetivo a definição, ao nível da componente ambiental, de estratégias integradas e consensuais e de ações concretas de gestão e intervenção.

OBJETIVOS

Um Plano Municipal de Ambiente pretende dotar a autarquia de uma ferramenta que lhe possibilite:

- **Identificar** o Estado do Ambiente do concelho e detetar tendências de evolução;
- **Selecionar** os problemas ambientais que necessitam de uma resolução mais urgente;
- **Definir** estratégias e ações de intervenção concretas e concertadas entre todos os parceiros;
- **Contribuir** para o aumento da eficácia das intervenções.
- **Incentivar** a cooperação e formação de parcerias entre diferentes atores locais para a resolução de problemas;
- **Promover** a participação dos cidadãos.

O PMA não pretende impor medidas mas construí-las a partir de uma participação dialogada com todos os potenciais parceiros para a ação. O Quinto Programa de Ação da União Europeia refere-se a este processo em termos de responsabilidade partilhada.



Trata-se de equacionar uma nova abordagem do planeamento municipal, baseada em instrumentos consensuais e de contratualização, atentos às questões ambientais e capazes de consolidar o progresso já alcançado com a presente geração de planos municipais.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para elaborar um PMA, terá que passar, nomeadamente, pelos seguintes passos:

- DIAGNÓSTICO E PERFIL SELETIVO do estado do ambiente natural do Concelho, baseado numa matriz de objetivos de desenvolvimento sustentável, incidindo sobre os principais problemas ambientais e potencialidades relevantes do município. Esta etapa deve ser acessível a uma comunidade alargada de parceiros, nomeadamente através da realização de workshops temáticas. A base de informação utilizada é a existente no município, em organismos de administração central, em entidades prestadoras de serviços públicos, em publicações, em técnicos e noutros agentes e fontes.
- IDENTIFICAÇÃO DE VETORES de intervenção estratégica para o desenvolvimento sustentável, consiste na estruturação das prioridades de intervenções consideradas mais urgentes e relevantes para o desenvolvimento sustentável, em vetores estratégicos; resulta num relatório denominado Estratégia e Programa Preliminar de Ação para o Desenvolvimento Sustentável, apresentado num segundo Forum
- ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO, através de processos e ações, que constituem a implementação de vetores estratégicos, identificando as parcerias como base para a contratualização
- MONITORIZAÇÃO DO PROCESSO através da utilização de um conjunto de indicadores de sustentabilidade, que permitam avaliar, periodicamente, a evolução ocorrida relativamente ao proposto; a monitorização é um percurso de feedback, que assegura a eficiência de todo o processo de planeamento. Funciona como um termómetro ambiental.